

ARTIGOS

MOVIMENTOS SOCIAIS E MILITÂNCIA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO PERFORMÁTICA

Mateus Aparecido de Faria¹
 Maria Carmen Aires Gomes²
 Celina Maria Modena³

Resumo: A comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer* e outras identidades é o foco deste artigo por conta das formas que tem construído para lidar com violações de direitos ligados aos gêneros e as orientações sexuais em espaços sanitários, educacionais e políticos. Buscou-se compreender as estratégias de enfrentamento em relação a essas violências por uma lente pós-estruturalista, entendendo-as como performatividades. Dessa forma, o objetivo desse artigo é identificar e analisar as estratégias de enfrentamento contra violências motivadas por preconceitos em face de gêneros e/ou orientações sexuais, com foco no agir militante e nos movimentos sociais. Pesquisa qualitativa, realizada através de entrevistas com roteiro semiestruturado com nove pessoas não cis-heterossexuais. O grupo foi formado através da técnica Bola de Neve, tendo os movimentos sociais como informantes-chave na cadeia de contatos. As narrativas foram analisadas por meio de Análise do Discurso Crítica, ligada à Teoria Social do Discurso, juntamente com o auxílio do software KitConc versão 4.0. De acordo com as participantes dessa pesquisa, a militância é construída quase como de forma deôntica, pois auxilia na busca por uma vida boa em meio a vida ruim. Seja pela conversa com um amigo ou com o pai dele, o diálogo firma-se como o cerne militante de pessoas LGBTQ+. Aparece ainda a automilitância como a resistência de si, da incapacidade de despossuir-se, da ilusória autossuficiência do ser humano.

Palavras-chave: LGBT; Militância; Movimentos Sociais; Performatividade.

¹ Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto René Rachou/Fundação Oswaldo Cruz. Técnico-Administrativo em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais.

² Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa/MG.

³ Doutora em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Docente Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou/Fundação Oswaldo Cruz.



Introdução

A comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer* e outras identidades, aqui tratadas como LGBTQ+⁴, é o foco deste artigo por conta das violações de direitos ligados aos gêneros e as orientações sexuais em espaços sanitários, educacionais e políticos (GRUENEWALD, 2014; RESENDE, 2016; FARIA, 2018; GRUPO GAY DA BAHIA, 2018). Mesmo com esse cenário, pessoas LGBTQ+ lutam para ir além da sobrevivência, almejando uma vida digna de ser vivida (BUTLER, 2018). As maneiras construídas para tanto podem ser chamadas de estratégias de enfrentamento.

Estratégias de enfrentamento é um termo polissêmico e seu uso varia de acordo com a base teórico-conceitual utilizada. Para a sociologia, são formas de adaptação de ordens sociais às crises; já no campo biológico, estratégias de enfrentamento podem ser consideradas como meios de adaptação do organismo às condições ambientais (NUNES, 2010). A literatura científica do campo da Psicologia, fortemente presente na linha cognitivo-comportamental, o conceito aparece com Lipowski (1970), significando ações cognitivas e motoras que uma pessoa com doença utilizava para preservar-se. Autores posteriores caminham por essa mesma perspectiva, em geral buscando situar as estratégias de enfrentamento como ponte entre algo do indivíduo, internamente com algo ambiental (MECHANIC, 1976; LAZARUS; FOLKMAN, 1984; NUNES, 2010; YEATTS; LOCHBAUM, 2013).

Neste artigo buscamos compreender as estratégias de enfrentamento por uma lente pós-estruturalista, entendendo-as como performatividades (BUTLER, 2003; 2018). Por essa via, as estratégias de enfrentamento não estão nem fora, nem dentro do indivíduo, mas sim no “entre”: são constituídas pelos sujeitos em seus encontros, ao passo que também os constituem. O foco das estratégias é, portanto, a cena enunciativa em que ocorrem e não mais o problema supostamente externo ou as emoções pretensamente internas ao indivíduo. Dessa forma, a linguagem é o meio pelo qual as estratégias vão constituir-se, colaborando igualmente para a performatização de gênero, já que este se constrói por iterados atos e gestos (BATISTA, 2007). O fazer performático das estratégias não se encerra na performance em si, ou seja, na execução da estratégia de enfrentamento – de fato, a performatividade é um processo global de construção de sujeitos, atravessados por ações linguístico-semióticas presentes nas relações sociais. Dessa

⁴ Essa sigla carrega em si um histórico de lutas, disputas discursivas e transformações paradigmáticas que não serão o foco desse artigo. Sugiro, para compreender essa construção, as produções de Regina Facchini, em especial sua tese de doutorado.

forma, estratégias de enfrentamento localizam-se tanto no cotidiano das relações como na constituição ontológica de quem participa delas (BUTLER, 2003; MINGO; MORENO, 2017). Dessa forma, o objetivo desse artigo é identificar e analisar as estratégias de enfrentamento contra violências motivadas por preconceitos em face de gêneros e/ou orientações sexuais, com foco no agir militante e nos movimentos sociais.

Percurso Metodológico

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritivo-interpretativa. Qualitativa por trabalharmos com atitudes, valores, motivos e significados de sujeitos em um espaço-tempo “mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 22); exploratória por conta de objetivar maior familiaridade com o tema; e descritivo-interpretativa, uma vez que pretende-se descrever vivências e, atrelado a isso, examinar criticamente as informações (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Foram realizadas entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado, gravadas, transcritas e analisadas com o auxílio do *software* brasileiro e gratuito KitConc 4.0, que possibilita a exploração do *corpus* textual de modo a fornecer rápida visualização do vocabulário, das relações entre orações e recorrência de palavras (MOREIRA FILHO, 2008).

O grupo participante foi definido pela técnica Bola de Neve – forma de amostragem não-probabilística, muito útil em grupos de difícil acesso ou em casos que não é possível calcular o tamanho do universo de eventos. Através dela é possível construir uma cadeia de referências, iniciada com informantes-chave aos quais são solicitadas indicações de pessoas com características desejadas (VINUTO, 2016). Nesta pesquisa nossos informantes-chave foram movimentos sociais atuantes na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) que indicaram pessoas LGBTQ+ que pudessem ter interesse em participar. Por fim, o grupo de participantes foi delimitado em nove pessoas, tendo em vista contar com diferentes ontológicas, apesar de constrangidas pelos recursos disponíveis para a pesquisa.

O esquema a seguir, apresenta de maneira sintética um perfil das pessoas participantes da pesquisa.

Tabela 1 – Perfil das pessoas entrevistadas segundo idade, gênero, orientação sexual, raça/cor/etnia, escolaridade e local de residência

Idade	Gênero	Orientação sexual	Raça/Cor/ Etnia	Escolaridade	Residência
29	Homem cis	Gay	Negro	Pós-graduação completa	RMBH
28	Homem cis	Gay	Negro	Superior incompleto	RMBH
21	Não-binárie	Lésbica	Branca	Superior incompleto	Interior
21	Mulher cis	Lésbica	Negra	Superior incompleto	RMBH
21	Homem trans	Bissexual	Branco	Superior incompleto	RMBH
22	Homem cis	Gay	Negro	Superior incompleto	RMBH
28	Homem cis	Gay	Negro	Superior incompleto	RMBH
22	Mulher cis	Lésbica	Negra	Superior incompleto	RMBH
23	Mulher cis	Lésbica	Branca	Superior incompleto	RMBH

Fonte: Elaboração própria.

A análise das entrevistas baseou-se na Teoria Social do Discurso (TSD), cuja tese principal é de que existem relações dialéticas entre a vida em sociedade e os discursos, ou seja, estes constroem e constituem relações sociais e não apenas as refletem (FAIRCLOUGH, 2001). Segundo Ramalho e Resende (2011), a TSD oferece, pela via crítico-realista, suporte para pesquisas sobre o funcionamento dos discursos na instauração, manutenção e/ou superação de questões socialmente delimitadas. O trabalho analítico-metodológico da TSD envolve a concepção tridimensional do discurso, esquematizada na Figura 1.

Figura 1 – Concepção tridimensional do discurso



Fonte: FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB. 2001. p. 101.



Assim, a análise do *corpus* é textualmente orientada, por meio das palavras e orações que possuam sentido para a questão de pesquisa. Já o âmbito da prática discursiva focaliza nos modos de produção, distribuição e consumo dos textos, ou seja, como textos são construídos por outros textos, explícita ou implicitamente, por quais dispositivos o texto circula e de quais formas ele chega ao interlocutor. Por fim a análise da prática social que “determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto” (FAIRCLOUG, 2001, p. 115) – a hegemonia e a ideologia que atravessam o texto são inteligíveis nesse momento da análise.

Feitas as análises preliminares, voltamos a conversar com as pessoas participantes da pesquisa para compartilhar o trabalho analítico, com vistas a construir novas reflexões com (e não apenas sobre) elas e eles. Dessa forma comprometemo-nos a um agir em pesquisa que possibilite momentos de negociação das interpretações e que busque rejeitar a violência interpretativa já que “ninguém é mão-de-obra para o pensamento de outrem. Todos pensam. Todos ganham” (CAMPOS, 2011, p. 1284).

Esse artigo traz um recorte da pesquisa maior que deu origem à dissertação de mestrado do primeiro autor, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz sob o número CAAE 63857317.6.0000.5091 e parecer de aprovação número 1.925.485.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As pessoas participantes do estudo foram escolhidas a partir de indicações de movimentos sociais, sem que houvesse, de parte da equipe de pesquisa, qualquer prerrogativa acerca marcadores sociais, exceto que fossem maiores de 18 anos e que se identificassem como LGBTQ+.

No entanto é perceptível que o grupo foi formado por pessoas entre 21 e 29 anos, que estão ou já passaram pelo ensino superior. Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar esse cenário: I) pessoas com formação universitária estariam mais propensas a participar de pesquisas pois podem ter atuado como pesquisadoras em seus percursos acadêmicos e tenham desenvolvido solidariedade à pesquisa ou compreensão aprofundada do que é ciência; II) ao apresentarmos a pesquisa, os movimentos sociais podem ter depreendido que pessoas com formação universitária seriam mais “preparadas” para participar da entrevista;

III) o ambiente universitário possuiria maior abertura para que pessoas conheçam suas identidades de gênero e orientações sexuais, devido a debates, eventos e estudos sobre o tema.

Além disso, como será perceptível nos próximos tópicos, o viés da militância relatada foi preponderantemente baseado nas práticas cotidianas e na busca pela coerência entre objetivos globais e ações micropolíticas. Possivelmente se houvesse participantes com mais tempo de militância, o tom poderia ser mais institucionalista.

O agir militante

Durante as entrevistas, buscou-se compreender como as pessoas LGBTQ+ lidavam com as violências motivadas por preconceitos contra gêneros e/ou orientações sexuais. Uma das formas (re)construídas pelas participantes⁵ foi a militância, conforme P1 relata: *“em alguns momentos eu tenho que fazer uma afirmação da minha sexualidade como forma de levantar bandeira naquele espaço” (P1).*

O “levantar bandeira” é a metáfora utilizada para caracterizar a meta – afirmação da sexualidade – em um processo material (fazer) modalizado em tom obrigatório (ter que fazer). Percebe-se certa reconstrução ontológica do participante pois, em determinados momentos e lugares, P1 precisa não apenas se nomear gay, entendido como ato isolado de identificação, mas também performatizar gay, seja pela linguagem verbal ou pela semiótica, pautando assim a micropolítica daquele espaço-tempo de modo a garantir direitos humanos para pessoas LGBTQ+, ou pelo menos, o seu direito como corpo isolado a autodeterminação. Algo do “meu” constitui-se, assim, como “nosso, aqui, agora”, em que a sexualidade é primordial. Essa transformação do uso da sexualidade, antes confinada ao privado, pode ser entendida como simultaneamente o instrumento e o objetivo da luta contra a cis-heteronormatividade (BUTLER, 2018), pois à medida que a bandeira LGBTQ+ necessita ser hasteada simbolicamente para a busca garantias legais, ela também representa a própria reivindicação pelo direito a “levantar bandeiras”.

Nesse ponto, Carvalho (2018) lembra-nos que o uso do corpo como instrumento político não é aleatório, pois é justamente por carregar estigmas designados que este corpo, especificamente LGBTQ+, firma-se como existível, respeitável, não acobertado. Tal tática

⁵ Para exposição sigilosa dos participantes da pesquisa iremos identifica-los através da abreviação P para participantes e um número que os diferencie: P1, P2, P3, P4, etc.

política provém, no mínimo, da década de 1980, a qual as travestis levantaram sua bandeira com seu próprio corpo, ao deixar seus seios à mostra em público.

Outro exemplo do deslocamento da sexualidade é relatado por P2, durante uma conversa com um amigo:

“‘você pode até ser gay, não ligo, mas beijar perto de mim é demais’. Então eu falei assim: ‘Já pensou se eu falasse isso com você, assim ‘Ah, gosto de hétero, mas você beijar perto de mim é demais’? (...) Alguém te questionar que você não pode beijar porque você é hétero? Qual a diferença do meu beijo pro seu?’. ‘Ah, mas é diferente!’. ‘Não, gato, não tem diferença nenhuma. A diferença tá no seu preconceito’” (P2)

Nessa cena narrada, dois sujeitos estão negociando qual beijo é possível de ser visto ou experienciado, uma vez que leva se em conta não apenas dois corpos em contato, mas também demais espectadores do ato. A primeira fala (do amigo heterossexual) representa uma condicionalidade da performance LGBTQ+: o processo relacional (ser) é modalizado com o uso do até, indicando uma identificação (gay) que é tolerável para, logo em seguida, reforçar outro processo, agora material (beijar), que não é tolerável. Tal reforço é feito através do advérbio *mas* que desloca o foco da frase para o que aparece depois dele. Portanto, nesse trecho, a mensagem que é comunicada é que dois homens se beijarem é pior do que ser gay. Essa prática discursiva busca dirimir a performatividade dissidente da norma cis-heterossexual ao buscar definir o que pode ou não ser feito no público. A estratégia militante construída pelo participante foi inverter o alvo do discurso violento – e se fosse o homem cis heterossexual que estivesse sendo forçado a restringir sua performance?

Não pretendemos defender que pessoas cis-heterossexuais sejam completamente livres para agir, uma vez que qualquer ação é constrangida por práticas sociolingüísticas que conferem justamente a inteligibilidade do ato. No entanto o objetivo do constrangimento é diferente: a norma hegemônica do dispositivo da cis-heterossexualidade força pessoas LGBTQ+ a viver uma vida menos vivível quando comparada a pessoas cujos desejos ontológicos podem ser reforçados por aquela norma (PRECIADO, 2011; BUTLER, 2018).

A resposta foi narrada como imediata: “Ah, é diferente!”. E de fato há diferenças, porém não precisam ser. A diferença está em qual corpo está hegemônico na cena enunciativa – o homem cis branco heterossexual ou o homem cis negro gay? Isso vai embasar por quais eixos de discriminação o corpo será atravessado em certos regimes de poder (BUTLER, 2018; CRENSHAW, 2004). Ao afirmar de maneira categórica que é diferente, o amigo do participante declara quem tem legitimidade para ser e quem não tem. A luta pelo direito a uma vida vivível

acontece quando o participante nega tal posição de abjeto e explicita que a diferença está justamente no que deseja eliminar: o preconceito.

Outra participante relata uma cena em que conversa com o pai de um amigo:

“o pai [do meu amigo] é muito, muito preconceituoso, eu tive que conversar com ele porque ele é muito agressivo. Teve um dia que ele veio me perguntar ‘Mas esse meio é como?’. Ele estava totalmente perdido, ele achando que tinha droga, aquele preconceito assim ‘Ah, é doença.’ (...) aí eu conversei tudo com ele e ele ficou mais calmo (...). Depois de eu ter conversado com ele, deu uma amenizada.” (P9)

Percebe-se a relação sinonímica e violenta construída entre performatividade LGBTQ+ e doença. Apesar de a Organização Mundial da Saúde ter reconhecido a transexualidade como condição de saúde e não como transtorno mental, isso não é automaticamente transportado para o *ethos*, eliminando magicamente formas de discriminação motivadas pelo preconceito contra ontologias dissidentes da cis-heterossexualidade (OMS, 2018). De fato, constitui-se como avanço na garantia pelos direitos de viver, mas incongruências de gênero permanecem no dispositivo de (a)normalidade patológica chamado Classificação Internacional de Doenças e materializam-se como justificativas para cenas violentas. No campo do trabalho em saúde, isso significa terapias de reversão sexual, pois a “cura gay” serve justamente a essas práticas discursivas medicalizantes da vida; desrespeito ao nome social em unidades de saúde, expondo o corpo a mais humilhações; e obrigatoriedade do laudo, instrumento médico-legal patologizante, para garantia do direito ao acesso ao processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (FARIA, 2018).

Ainda sobre a narração de P9, o diálogo também acontece, assim como no excerto da entrevista com P2, entre sujeitos em relação desigual de poder, em que um deles é hegemonicamente legitimado para ser mais enquanto outro é recluso a uma vida de precariedade. No entanto, pelo relatado por P9, o diálogo constituiu-se de modo menos embativo e talvez mais pedagógico. De toda forma e como resume um participante, “*é no diálogo que você consegue desconstruir essas pessoas*” (P2), ainda que, esse diálogo seja possível em condições que lembrem mais um confronto político do que uma conversa amistosa.

Yates (2014) discorre sobre essas práticas constituídas no cotidiano das relações, inscrevendo-as em um processo de criação da mudança social, ou seja, como micropolítica. Costa *et al.* (2016) definem tal conceito pela sua operação no detalhe, no infinitesimal e no corriqueiro, porém não necessariamente pequeno ou restrito. As relações de poder atravessadas no encontro em que P2 afirma ser com o objetivo de desconstrução é cenário para estratégias

microsociais, imerso pela construção discursiva coerente entre o global, o micro e o *continuum* entre ambos.

Outro exemplo é trazido por P7 ao relatar sobre sua militância: *“hoje em dia, alguém fala alguma coisa, geralmente as que falam são do meu meio, talvez elas vão ter menos coragem de fazer uma agressão porque eu bato de frente (...). Talvez lá na rua eu não sei se eu daria conta de bater de frente.”* (P7). O participante metaforiza seu agir militante através do “bater de frente” – processo material que indica contrapor-se de modo a produzir condições igualitária sem relação ao interlocutor que, neste contexto, busca (re)produzir discriminações generificadas, racializadas ou de outras ordens preconceituosas. A seguir modaliza, pela dúvida, se essa performance é possível em outro contexto.

A rua, vale pensar, que é relatada para além do espaço físico por onde transitam pessoas e veículos: passa a simbolizar o cúmulo do público, por conta de poder ser instrumento democrático de reivindicações de grupos precarizados, *locus* de intervenções totalitaristas (BUTLER, 2018) ou ainda objetivo de paz e segurança. Essa multiplicidade de meios e metas atribuídos à rua torna-a um desafio para um homem gay negro e do interior como P7, justificando sua modalização do agir militante. Ou seja, por vezes o andar na rua representa a própria reivindicação do direito de aparecer sem ser julgado como criminoso ou como risco à sociedade,

Mas outras vezes caminhar nas ruas, exercer essa pequena liberdade, representa um desafio a um determinado regime, uma ruptura performativa menor representada por um tipo de gesto que é ao mesmo tempo um movimento naquele sentido duplo, corporal e político (BUTLER, 2018, p. 116).

E é também na rua que as ações políticas são questionadas por seus próprios agentes, em que a militância tem implicado ir além de levantar cartazes: viver seus *slogans*, desafiar a si e aos outros sujeitos a ultrapassar limites da vida comum individual e construir comunidades de práticas contra-hegemônicas (YATES, 2014). Percebe-se a potência da rua enquanto cenário de rupturas, de (des)construções e de lutas pelo e no corpo.

Durante uma das entrevistas, chamou-nos a atenção uma cena relatada por P9 a qual vamos nomear de automilitância:

Eu que não tinha amizade na época, eu ainda não era apresentada ao mundo LGBT, tudo que eu sabia, eu tinha que procurar na Internet (...). O que eu tinha de preconceito foi embora, sabe? Aquela sementinha que foi plantada de preconceito foi embora (...) (P9).

Assim, é possível afirmar que:



um grupo, se não uma aliança, andando ali também, estejam eles ou não à vista (...) é também a categoria social que atravessa esse jeito de andar e essa caminhada particular, esse movimento singular no mundo; e se há um ataque, ele visa o indivíduo e a categoria social ao mesmo tempo (YATES, 2014, p. 46).

Na seção seguinte buscamos compreender agir militante quando aparece a entrada dos movimentos sociais no discurso.

A ação de movimentos sociais

Outra estratégia de enfrentamento em relação às violências contra LGBTQ+ relatada pelas participantes foi os movimentos sociais, conforme relata P5: “*dentro da [nome do movimento social] eu fui tendo mais conhecimento, informação em relação a isso, então eu sei meus direitos*”. O participante, ao relatar sobre casos de violência e como movimentos sociais auxiliaram nesse processo de enfrentamento, estabelece um processo relacional (ter) com o conhecimento/informação, modalizado através de um intensificador (mais) e circunscrevendo-se no movimento social. Ou seja, ao se inserir no movimento, ele se constitui diferente à medida que consegue acessar outros discursos e elegê-los como necessários à formação de si. Portanto ele faz-se mais ao estar em/no movimento, comprovado pela transição de um processo relacional (*eu tenho conhecimento*) para um processo existencial (*eu sei meus direitos*).

A inserção em movimentos sociais produz nos seus sujeitos participantes/constituintes outras possibilidades de olhar, de viver politicamente. No caso de movimentos sociais e pessoas LGBTQ+, a performance destas é modificada por aqueles, não porque necessariamente o cenário violento deixou de existir ou as regras hegemônicas mudaram – já que violências persistem mesmo com a existência de iniciativas protetivas e de reivindicação – mas sim por conta da decisão, ainda que constrangida de certos modos, destes sujeitos em agir para desconstruir algo colocado como natural ou dado (SALIH, 2012). Outro participante atribui sentidos semelhantes aos movimentos sociais:

“eu acho que meu espaço justamente que me dá muita força dentro da militância, dentro do movimento, são os coletivos que você pode trocar ideia, você pode ter uma abertura de falar certo assunto (...) às vezes tem até esses grupos de Facebook, que às vezes têm coisas interessantes” (P7).

Neste excerto, o participante define movimentos sociais como espaços saudáveis para compartilhamento de ideias e para possibilitar a fala e a escuta, chegando ao uso de redes sociais como extensão dos coletivos. É justamente em um espaço assim que P7 se coloca, através de

processos materiais (dar força, trocar, falar), a fim de unir militância como sujeito e ação coletiva enquanto movimento.

Novamente a ação do corpo não é desconectada de sua tecnologia (BUTLER, 2018), porém agora é o corpo em assembleia – de fato performatiza-se o movimento social, através da contribuição de cada corpo e junto com outros corpos, uma vez que à medida que há postagens sobre denúncias de discriminações ou textos para informação, o movimento se constrói, influenciando suas intervenções fora do Facebook, que por sua vez pautam as discussões *online*.

No entanto P7 faz uma ressalva ao modalizar o processo relacional entre grupos de Facebook e coisas interessantes: não é constante que a construção virtual do movimento social se faz de modo a contribuir para a formação de quem lê/interage, pois se “às vezes têm coisas interessantes”, então existem momentos que o que é postado não é de interesse para o movimento ou, pelo menos, para a formação política de P7.

Ainda na discussão de como a tecnologia não pode ser dissociada do corpo, ainda que este seja coletivo, P1 relata uma intervenção nesse sentido: “*foi feita uma ação no Carnaval com formulário para as pessoas colherem os dados, relatos de agressão que tivessem ocorrido na festa, nos evento*” (P1). Essa ação consistiu na divulgação em redes sociais e listas de e-mails, semanas antes do Carnaval, de um link que direcionava a um formulário, o qual qualquer pessoa, sem necessitar de identificação, poderia descrever atos que atentassem contra direitos das pessoas LGBTQ+, motivados por discriminações de diversas ordens. Após o evento, as informações foram reunidas em um documento que foi compartilhado entre ativistas e órgãos públicos responsáveis pelas áreas de turismo e segurança pública do município a fim de subsidiar o planejamento para os próximos eventos. Casos em que houve identificação da pessoa agressora foram encaminhados para apuração e eventual responsabilização pelo Poder Judiciário.

Desenvolve-se, portanto, uma micropolítica de construção de parcerias, de coalisões por meio de objetivos comuns entre grupos e instituições, mas que transcendem para desafios e objetivos maiores, provocando sinergia em uma relação que, antes, produzia pouco impacto na vida da população (YATES. 2014). Longe de superarem completamente suas contradições – notadamente constituídas e iteradas pelas instituições – tais alianças propiciam espaços de reflexão e mudanças de práticas, à medida que se apresentam em cena novos modos de viver e de garantir o direito a uma vida vivível (BUTLER, 2018).

Em uma pesquisa realizada com movimentos sociais, Yates (2014) enumerou principais formas micropolíticas construídas em comunidade como a autoformação de participantes dos

coletivos e a produção de discursos e conhecimentos dos movimentos sociais que embasem suas práticas. Aqui igualmente podemos acrescentar a disponibilização do questionário para a população LGBTQ+ apresentar suas demandas contra violências no festejo, uma vez que tal ação se constitui no cotidiano, podendo ser ativada rapidamente por um aparelho móvel com acesso à internet.

Esse instrumento, mesmo que não impedisse a ação violenta motivada por qualquer ideia de autossuficiência que alguém poderia ter na folia de Carnaval, auxiliou na constituição de quem é colocada na posição de vítima. Ao ser disponibilizado um local, ainda que virtual, para denúncias específicas contra violências que têm como alvo pessoas LGBTQ+ com seus marcadores sociais, o sujeito, que antes era abjeto, pode ser mais: agente de sua própria vida, desnaturaliza essa atribuição e constitui-se diferente, seja pelo embate direto, no momento da agressão, seja pela busca de reconhecimento da violência (CANSECO, 2015).

Atualmente discute-se acerca do ciberativismo e sua legitimidade para as lutas do movimento LGBTQ+. Carvalho (2018) salienta que não é útil discutir sobre qual espaço é melhor, mas sim considerar que o cotidiano é constituído por um *continuum offline/online* e que as marchas acontecem tanto nas ruas e praças como nos *feeds* e *timelines*. Não há, portanto, espaço privilegiado para a ação política, uma vez que estudos demonstram a íntima e intensa ligação entre grandes articulações virtuais e manifestações com milhões de corpos presencialmente reunidos (CARVALHO, 2018; QUEIROZ, 2017; CARVALHO; CARRARA, 2015; RODRIGUES, 2013; VEGH, 2013).

Considerações Finais

Buscou-se neste artigo situar movimentos sociais e a militância como performáticos, ou seja, à medida que são construídos pelos sujeitos, isolados ou em assembleia, também atravessam tais corpos, constituindo-os enquanto LGBTQ+, sendo inclusive nomeados como formas de enfrentar as violências baseadas no patriarcado, misoginia, machismo e demais ideologias precarizadoras.

De acordo com as participantes dessa pesquisa, a militância é construída quase como de forma deôntica, pois auxilia na busca por uma vida boa em meio a vida ruim, parafraseando Judith Butler. Seja pela conversa com um amigo ou com o pai dele, o diálogo firma-se como o cerne militante de pessoas LGBTQ+. A isso agrega-se atividades políticas organizadas pelos movimentos sociais para solidificar as pretensões requeridas pelas participantes – sociedades

mais justas, menos violências contra corpos dissidentes da cis-heteronormatividade e garantia de direitos a todas e todos. Tal união entre ações coletivas organizadas e aquelas realizadas nas relações sociais do cotidiano é apontada por Yates (2014) como o mais próximo de suficiente, já que, se separadas, provocam descontinuidades nos discursos de militância.

Ainda sobre as conversas com pessoas próximas, entende-se que o diálogo não se constrói apenas entre corpos presentes em um mesmo espaço-tempo, como na sala de casa ou em um bar – ele acontece também (e talvez com mais intensidade e/ou abrangência) por meio da tecnologia, que possibilita o diálogo em redes sociais, *blogs* e vídeos. Isso, por vezes, é estabelecido de forma que o sujeito é, ao mesmo tempo, agente e meta de sua ação, em um esquema automilitante. Logo a ação do corpo não é separável de sua tecnologia.

Essa pesquisa possui limitações que, apesar de não diminuir a riqueza de informações sobre a comunidade LGBTQ+ universitária, instiga novas pesquisas e intervenções a avançarem. Uma delas foi não ter conseguido entrevistar mulheres trans, talvez pela metodologia que tenha dificultado acessar esse grupo ou pelas restrições de entrada e permanência delas no Ensino Superior. Além disso a dificuldade em entrevistar mais pessoas pode ter restringido maior diversidade de vivências em relação a movimentos sociais e militância. Espera-se, com essa pesquisa e os conhecimentos aqui construídos, ecoar nas próximas pesquisas, intervenções, projetos e atos para que possam garantir direitos e a preservar o direito a ter direitos, seja com o corpo na rua, sejam vários em assembleia.

Referências

A BÍBLIA. **A parábola do semeador**. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008. 1110 p.

BATISTA, Karla Christianne Cardoso. **Judith Butler, a performance e a psicanálise: um estudo epistemológico**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 128 F. 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPOS, Rosana Onocko. Fale com eles! o trabalho interpretativo e a produção de consenso na pesquisa qualitativa em saúde: inovações a partir de desenhos participativos. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1269-1286, dez. 2011.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. Notas etnográficas sobre duas manifestações de rua do ativismo trans no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 33, n. 96, e339616, 2018.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima; CARRARA, SERGIO. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. **Contemporanea**, Salvador, v. 13, p. 366-381, 2015.

COSTA, Pedro Henrique Lucas et al. DO ESTADO À MICROPOLÍTICA: LAÇO SOCIAL E MODALIDADES DE (R)EXISTÊNCIA. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 26-34, Apr. 2016. Available

from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000100026&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Dec. 2018.

CRENSHAW, Kimberle Williams. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Estudos Feministas**. Brasília: Unifem, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001. 316 p.

FARIA, Mateus Aparecido de. **A luta é coletiva, mas a resistência é individual? Violências vivenciadas e estratégias de enfrentamento construídas pela comunidade universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto René Rachou/Fundação Oswaldo Cruz, 2012. 188 f.

GRUENEWALD, Jeff. Are anti-LGBT homicides in the United States unique? **Journal of Interpers. Viol.**, v. 27, n. 18, p. 3601-3623, 2012.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT no Brasil – Relatório 2017**.

Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2017.pdf>>.

Acesso em: 19 Mar. 2018.

LAZARUS, Richard. S.; FOLKMAN, Susan. Coping and adaptation. In: GENTRY, William Doyle (org.) **The handbook of behavioral medicine**. New York, NY: Guilford, 1984.

LIPOWSKI, Zbigniew J. Physical illness, the individual and the coping processes. **Psychiatry in Medicine**, v. 1, n. 2, p. 91-102, 1970.

MECHANIC, David. Stress, illness, and illness behavior. **Journal of Human Stress**, v. 2, n. 2, p. 2-6, 1976.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINGO, Araceli; MORENO, Hortensia. Sexismo em la universidad. **Estud. sociol**, México, v. 35, n. 105, p. 571-595, Dez. 2017.

MOREIRA FILHO, José Lopes. **Kitconc 4.0**. 2008. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/li/x/?p=394>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

NUNES, Carolina de Mello Nascimento Seiffert.. O conceito de enfrentamento e sua relevância na prática da psiconcologia. **Encontro: Revista de Psicologia**, Londrina, v. 13, n. 19, p. 91-102.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS divulga nova Classificação Internacional de Doenças (CID 11). Disponível em:

<https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, Abr. 2011.

QUEIROZ, Eliani de Fátima Covem. Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais. **Rev. Panorama**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 2-5, jan./jun. 2017.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, Livia da Silva. **Homofobia e violência contra população LGBT no Brasil: uma revisão narrativa**. Monografia (Graduação em Saúde Coletiva) – Universidade de Brasília, 2016, 37 f.

RODRIGUES, Adriana Alves. Redes sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera pública. In: SOUSA, Cidoval Moraes; SOUZA, Arão de Azevêdo. **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

RUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo: Edipro, 2017.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2012.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

VEGH, Sandor. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, Marta; AYERS, Michael (ed.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. London: Routledge, 2003.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, Ago./Dez. 2014.

YATES, Luke. Rethinking Prefiguration: Alternatives, Micropolitics and Goals in Social Movements. **Social Movement Studies**, v. 14, n. 1, p. 1–21, 2014.

YEATTS, Paul E.; LOCHBAUM, Marc. Coping in sport: A test of Elliot's hierarchical model of approach and avoidance motivation. **Kinesiology**, v. 45, n. 2, p. 186-193, 2013.

SOCIAL MOVEMENTS AND MILITANCE AS A PERFORMING FACING STRATEGY

Abstract: The community of lesbians, gays, bisexuals, travestis, transexuals, queer and people with other identities is the focus of this article because of the ways it has been constructed to deal with gender-related rights violations and sexual orientation in health, education and political spaces. It was sought to understand the coping strategies in relation to these violence by a poststructuralist lens, understanding them as performativity. Thus, this paper aims to identify and analyze the coping strategies against violence motivated by gender bias and/or sexual orientation, focusing on militant action and social movements. Qualitative research, conducted through interviews with semi-structured script. Nine non-heterosexual individuals were taken part of research. The group was formed through the Snowball technique, with social movements as key informants in the network of contacts. The narratives were analyzed through Critical Discourse Analysis, associated to the Social Theory of Discourse, along with the help of KitConc version 4.0 software. According to the participants of this research, the militancy is built almost as a deontic way, as it assists in the search for a good life in the middle of bad life. Whether through conversation with a friend or his father, the dialogue stands as the core militant of LGBTQ + people. There is, too, the self-militancy, defined as resistance of self, of incapacity about dispossession, of ilusional human self-sufficiency.

KEYWORDS: LGBT. Militancy. Social Movements. Performativity.

Recebido em: 26/11/2018

Aceito em: 06/11/2019